

## **CARTA DE PORTO FERREIRA**

O Fórum de Inovação Tecnológica, Inclusão Social e Redes de Cooperação realizou-se no município de Porto Ferreira nos dias 21 e 22 de Setembro de 2005.

O Fórum pode ser considerado como exitoso. Ele conseguiu aproximar os diferentes e qualificados agentes da região com os principais protagonistas governamentais da área de pesquisa, fomento e financiamento da ciência e tecnologia. Estiveram presentes parlamentares, prefeitos e representantes oficiais da maioria dos municípios, universidades, instituições de ensino e pesquisa e ainda diversas entidades empresariais e da sociedade civil da região.

A participação do Ministério da Ciência e Tecnologia e dos representantes do Governo do Estado de São Paulo foi decisiva. Mais uma vez, demonstram-se as vantagens da postura propositiva, buscando informar e contatar demandantes. A finalidade dessa postura é a democratização do acesso às linhas públicas de apoio e fomento à inovação, à ciência e à tecnologia.

Ao apresentar as diferenças presentes na região, o Fórum possibilitou uma ampliação do conhecimento sobre a mesma, buscando integrar os aspectos econômicos aos sócio-ambientais. Neste sentido, trouxe uma reflexão acerca das diversidades, das identidades e das possibilidades de cooperação para o desenvolvimento humano e combate a exclusão social.

Nos debates, o Fórum destacou a relevância do enfoque regional partindo de uma visão integrada e sustentável, sem desconsiderar as especificidades de cada município. Ficou evidenciado, através dos debates, que para grande parte dos problemas locais não existe solução individualizada. A saída, segundo os participantes do Fórum, está na organização de parcerias, através das redes de cooperação, que assegurem a consolidação e unificação dos diagnósticos dos problemas, bem como a articulação e operacionalização das decisões.

A região apresenta bom desenvolvimento econômico, proporcionado pela sua localização e acessibilidade rodoviária privilegiada. Esse desempenho está ancorado no binômio agropecuária-indústria. Verifica-se a presença de indústria de base diversificada – principalmente a área de cerâmica; na atividade agropecuária - empresas mistas com atividades criatórias e agrícolas; e, por fim, um importante setor de serviços - área comercial e turismo. Por outro lado, caracteriza-se ainda na região uma multiplicidade de atividades econômicas de menor porte. Essas, ganham novas dimensões e importância na região, existindo um movimento de agregação e cooperação emergente entre os municípios impulsionado pelos consórcios, agências intermunicipais e comitês de bacias hidrográficas. As informações apontam que as atividades de cerâmica artística e estrutural, cafés finos, cereais e doces representam forte potencial para o aproveitamento, criação e desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais – APL's. De forma especial, os participantes registram o desempenho do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Região de São João da Boa Vista, cuja atuação remonta a meados da década de oitenta com importantes contribuições à cooperação dos governos locais dessa região.

Atuando na área de ensino, pesquisa e extensão, a região considerada nesse Fórum apresenta uma significativa presença de instituições de ensino superior que podem ser mais bem articuladas em programas de desenvolvimento local e regional com foco na inclusão social.

Verificando os indicadores de rendimento médio mensal das pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, observa-se que todos os municípios da região do Fórum encontram-se abaixo da média do Estado de São Paulo e, em relação à renda per capita, a maioria dos municípios está abaixo da média estadual, alguns até abaixo da média nacional. Analisando os indicadores sociais no âmbito local, depara-se com números bastante satisfatórios para a grande maioria dos municípios. No entanto, em alguns poucos, ocorrem baixa cobertura de atendimento público. Tal fato reforça a necessidade de atenção especial sobre as desigualdades internas da região. Portanto, deve-se fomentar um esforço regional para operacionalização de

redes de cooperação e políticas de inclusão social de forma a universalizar os benefícios gerados pelo processo de desenvolvimento.

Um aspecto relevante ressaltado nas diversas mesas e conferências foi a impossibilidade do desenvolvimento sustentável realizar-se sem a integração e envolvimento da sociedade como um todo. Para tanto, ficou claro a necessidade de aperfeiçoar os sistemas de instrumentalização, atualização legislativa e levantamento de dados físicos, econômicos e sociais que dêem suporte, análise e acompanhamento constante sobre a região.

O Fórum destacou, através de dados pesquisados, as carências e os contrastes existentes na região. Tal realidade possibilita reflexões sobre as alternativas e caminhos que permitam elaborar propostas articuladas regionalmente. Ao mesmo tempo evidenciou a necessidade da construção de espaços coletivos que possibilitem a concertação dos pactos e a sua implementação.

Concluindo, os participantes recomendaram de forma enfática a necessidade de assegurar o caráter permanente e continuado do Fórum. Destacaram, também, a necessidade de integrar outros Fóruns, instituições e agências de cooperação intermunicipais, já articulados ou em processo de articulação, para que reflitam e contribuam na construção de estratégias e superação dos desafios específicos<sup>1</sup>.

## **Propostas apresentadas pelos participantes nos Grupos de Trabalhos**

---

### **I. Eixo da Inovação Tecnológica – Arranjo Produtivo Local.**

---

#### **01 – GT Arranjos Produtivos Locais**

---

<sup>1</sup> Todas as informações produzidas no Fórum estão disponíveis e acessíveis no site [www.uniemp.org.br/forunsregionais](http://www.uniemp.org.br/forunsregionais).

- 1 - Realizar o diagnóstico da região com a finalidade de levantar as carências do setor privado e implementar cursos técnicos e superiores em instituições de ensino da região.
- 2 - Criar uma rede dos Arranjos Produtivos Locais, com foco na troca de experiências, complementariedades, cooperação técnica e fortalecimento dos elos da cadeia produtiva.
- 3 - Apoiar a Lei Geral da Micro e pequena Empresa em trâmite no parlamento federal.
- 4 - Estimular pesquisas científicas regionais sobre os temas: Empreendedorismo e Arranjos Produtivos Locais.
- 5 - Promover encontros entre o Poder Público, Universidades e Empresários.
- 6 - Divulgar os recursos disponíveis e fórmulas de captá-los.
- 7 - Fomentar o apoio das universidades, notadamente as públicas, para a inovação tecnológica das necessidades locais e regionais.
- 8 - Alinhar as gestões das Administrações municipais com os arranjos produtivos locais e regionais para a potencialização dos arranjos.
- 9 - Solicitar dos governos, maior e melhor, aproveitamento do patrimônio ocioso da região.
- 10 - Apoiar a Reforma Trabalhista e Tributária
- 11 - Desburocratização para formação, legalização e funcionamento das empresas junto a órgãos regulamentadores de uma maneira geral. (exemplo: ambientais, ANVISA, etc.)
- 12 – Articular as secretarias de desenvolvimento econômico dos municípios para avaliar a necessidade e possibilidade de ações estratégicas com foco local e regional

---

## **II - Eixo da Inclusão Social (Políticas Públicas)**

---

### **02 - GT Educação**

- 1 - Realizar uma nova reunião dentro de um mês, convocando Entidades que não participaram do Fórum, com o objetivo de estabelecer uma pauta de iniciativas de caráter periódico;
- 2 - Constituir um Grupo de Suporte Técnico responsável pela prospecção e formatação de projetos e de oportunidades de financiamento, com atuação regional;
- 3 - Utilizar as metas e objetivos expressos no Plano Nacional de Educação como parâmetros para a elaboração dos Planos Plurianuais Municipais;
- 4 - Mobilizar a área de Cultura dos municípios da região, para que contribuam no fortalecimento do sistema de Educação;
- 5 - Estabelecer maior diálogo e entrosamento com o Governo Estadual;

6 - Constituir uma Rede de Cooperação entre os dirigentes municipais de Educação, para a troca de experiências no sistema de planejamento e controle e a busca de soluções para problemas comuns, da qual também participem:

- Instituições de Ensino Superior da região, de modo a aproveitar as experiências e os projetos por elas desenvolvidos;
- Instituições que atuam no Ensino Profissionalizante, Técnico e Tecnológico;
- Instituições representativas do setor produtivo e do comércio, com a finalidade de avaliar quais as necessidades de formação para o mercado de trabalho.

### **03 - GT Saúde**

1 - Realizar encontros com o(s): Diretores dos Escritórios Regionais de Saúde - DIR de Piracicaba, Araraquara e São João da Boa Vista; Secretários de saúde das prefeituras envolvidas; Representante do ministério da saúde, e Representantes de universidades.

Para estudar e **viabilizar** formas de:

- Otimizar e aumentar os recursos de implementação dos Programas de Saúde da Família (PSF).
- Formar consórcios intermunicipais incluindo as universidades,
- Criar os canais de comunicação entre os gestores públicos e as entidades de ensino.

2 - Aumentar as cotas de exames disponíveis.

3 - Estudar o aumento do teto físico financeiro por meio de estudos da Programação Pactuada Integrada (PPI)

4 - Transformar o Hospital de Casa Branca, que tem grande infra-estrutura, num novo pólo regional de saúde em cardiologia e câncer por parte do governo federal aumentando o grau e a capacidade de resolução das demandas da população. (Essa proposta saiu no âmbito do GT Economia Solidária)

### **04 - GT Desenvolvimento Urbano e Planos Diretores**

1. Elaborar Planos Diretores nos Municípios da região, contemplando diretrizes de formação e qualificação dos gestores locais, quanto a temas relativos ao desenvolvimento urbano;

2. Propor a construção de Bancos de Dados integrados para subsidiar o desenvolvimento da Gestão Local e Regional;

3. Fomentar a criação de Consórcios entre Municípios, nas áreas: Ambiental, Coleta e Tratamento de Resíduos Sólidos, Saúde e Qualificação do Servidor Público Municipal;

4. Fomentar as Redes de Cooperação para a inovação tecnológica e inclusão social entre os Municípios e os demais atores sociais (Universidades e Instituições de Pesquisas, por exemplo) respeitando os parâmetro do Estatuto da cidade e do desenvolvimento urbano;

## **05 - GT Economia solidária e geração de trabalho, emprego e renda**

1 – Integrar regionalmente as redes de cooperação existentes para montar uma central de vendas do material reciclado obtendo assim maiores volumes e melhores preços no mercado, estimulando permanentemente a organização dos produtores.

2 – Solicitar ao governo federal a disponibilização de recursos físicos e financeiros para a capacitação de jovens em ofícios que a região demanda.

3 - Incentivar o comércio local e regional facilitando às prefeituras a busca de fornecedores dos produtos que o município não produz.

4 - Absorver a produção dos grupos cooperativos e de geração de renda da região através das compras públicas.

5 - Fomentar as parcerias entre setor público e privado - entidades e associações - tendo sempre presente a importância da capacitação das pessoas para a inclusão no processo produtivo regional.

6 - Solicitar do governo federal a disponibilização das informações sobre as redes acadêmicas, de Organizações não governamentais e de instituições que possam colaborar com os municípios nos projetos de geração de renda.

7 - Criar um Fórum permanente de debate para encaminhar ações e colaborar com os projetos de emprego, capacitação e geração de renda na região.

8- Distribuir e melhor aproveitar os recursos vindos do governo federal e estadual para alimentação das crianças, por exemplo através dos recursos vinculados à merenda escolar.

9 - Solicitar junto ao governo federal a desburocratização dos processos de solicitação de recursos para projetos de empreendimentos locais de geração de renda.

10 - Criar um Comitê Regional paritário ligado ao Consórcio de Desenvolvimento da Região de São João da Boa Vista - CONDERG a fim de encaminhar todas as propostas elaboradas.

## **06 - GT Economia da cultura**

1 - Diagnosticar as demandas culturais da população local e regional (“censo cultural”), mapeando o mercado de trabalho para os artistas locais e também o mercado consumidor de cultura da região, para possibilitar a formulação de projetos e ações comuns e o benefício de todos os municípios.

2 - Valorizar o profissional arte-educador, não apenas como agente formador de público como também das futuras gerações de artistas.

3 - Valorizar o artista local (músicos, atores, artistas plásticos, escritores, entre outros) através da criação de um “corredor cultural” entre os municípios, possibilitando a troca de informações e experiências.

4 - Elaborar um projeto cultural comum aos municípios da região, com o objetivo de pleitear verbas junto ao governo federal e à iniciativa privada, uma vez que os orçamentos municipais são insuficientes para a política de cultura.

5 - Profissionalizar e divulgar os eventos já existentes com expressão local para abranger o público regional.

6 - Montar telecentros para a ampliação do acesso digital na região.

7 - Ampliar o intercâmbio entre as escolas e os equipamentos culturais existentes nos municípios (cinema, teatro, música e etc.).

## **07 - GT Gestão ambiental e Turismo**

1 - Formar redes de cooperação para o fomento e o intercâmbio de informações sobre o turismo, englobando os conselhos municipais de turismo.

2 - Capacitar as pessoas e instituições da região para a elaboração e execução de projetos ligados ao turismo e ao meio ambiente.

3 - Tratar os resíduos sólidos (industriais e residência) e o esgoto através de recursos próprios ou por meio de redes de cooperação.

4 - Recuperar as matas ciliares

5 - Controlar a exploração de recursos minerais

6 – Desburocratizar os recursos disponíveis no Governo Federal para as áreas de turismo e meio ambiente

7 - Adequar e capacitar os conselhos municipais de meio ambiente dentro da legislação vigente.

## **08 - GT O papel do parlamento municipal na definição de estratégias de desenvolvimento local e regional**

1 - Incentivar a troca de experiências e informações entre Câmaras Municipais da região;

2 - Estabelecer e aprofundar formação de consórcios intermunicipais em todos os setores, com destaque para as áreas de saúde e meio ambiente (gestão de resíduos sólidos), valorizando experiências que promovam a inclusão social;

3 - Incentivar o desenvolvimento do agronegócio na região, com especial atenção nas medidas que favoreçam os pequenos e médios produtores rurais;

4 - Aproximar o poder legislativo e a sociedade, em especial no caso de jovens e estudantes;

5 - Solicitar dos demais entes da federação (Estado e Governo Federal) o aumento da transferência de recursos nas políticas públicas, especialmente a saúde.

6 - Valorizar espaços públicos de participação (Conselhos de Políticas Públicas e Orçamento Participativo) com destaque para ações promovidas pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - CONSEA;